

**RESENHA**  
**TOLERAR É POUCO?**

**Monique Marques Longo**  
**Mestre em Educação (UFRJ)**  
**Professora do Colégio Liceu Franco-Brasileiro**  
**Pesquisadora do GECEC (PUC-RJ)**

**Luiz Cláudio Câmara**  
**Mestrando em Educação pela PUC-Rio**

ANDRADE, Marcelo. *Tolerar é pouco? Pluralismo, mínimos éticos e práticas pedagógicas*. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2009

Ante os evidentes e recorrentes episódios frutos da intolerância com o diferente, Marcelo Andrade apresenta, na obra publicada em 2009, inéditos e consistentes argumentos em prol da tolerância como valor-atitude vital tanto no campo da moralidade como educacional. Afastando-se do ideário de uma antipática atitude de quem apenas suporta ou permite que o outro exista, tolerar o diferente é considerado um ato minimamente exigível a todo cidadão que se pretende viver de forma justa numa sociedade plural.

A pluralidade constituinte dos seres humanos – principalmente no tocante à raça, gênero, orientação sexual, crença religiosa e classe social – e a dificuldade de lidar com as diferenças são ressaltadas no decorrer de toda a obra. Salienta-se que o diferente é, muitas vezes, utilizado como categoria delimitadora de tal diversidade, contribuindo ainda para posicionar sujeitos de determinados tipos, quando não, hierarquizá-los.

Andrade argumenta de forma profunda e consistente que a educação tem um papel fundamental na luta contra a intolerância. No entanto, tal responsabilidade exige a constituição de um projeto educacional que incorpore o valor da tolerância na sua prática pedagógica de forma fundamentada e consolidada. Diante de tais evidências, o autor postula ser este o objetivo de sua obra: “compreender o conceito de tolerância como um valor-atitude legítimo para uma proposta de agenda ética numa sociedade plural e como

fundamento válido para refletir sobre uma prática pedagógica que se queira respeitosa das diferenças que nos constituem dignamente enquanto humanos” (ANDRADE, 2009, p. 14).

Visando alcançar tal fim, são apresentados cinco capítulos. Para justificar a urgência de um estudo sobre a relevância da tolerância, o primeiro capítulo inicia-se com alguns questionamentos, dentre os quais: “por que recusar a diferença como possibilidade de existência, subjugá-la em sua dignidade legítima, ridicularizá-la em sua dissonância daquilo que é supostamente padrão? De onde vem nossa dificuldade de pensar a diferença e de agir com tolerância em contextos plurais” (2009, p. 13). O autor recorre ao lugar hierarquicamente inferiorizado de negros, homossexuais, mulheres, deficientes físicos e mentais, indígenas e migrantes para justificar as reflexões acerca dos antecedentes históricos de tais estigmas sociais. No entanto, já no primeiro capítulo, defende que recorreremos apenas à constituição histórica destes estereótipos assim como à unicidade das condições socioeconômicas encobrem parcialmente a explicação de tais fenômenos, o que exige a soma de outras abordagens.

No segundo capítulo, Andrade faz um percurso pela história da filosofia apresentando ao leitor como o conceito de tolerância foi tratado por diferentes pensadores em diferentes épocas. Seu ponto de partida são as lutas contra a intolerância religiosa durante os séculos XVII e XVIII, quando filósofos, pintores e escritores se mobilizam em defesa do “sagrado direito de pensar”. Apresentando a tolerância como “filha da modernidade” o autor dá destaque às ideias de Erasmo de Rotterdam, que podem ser consideradas embriões da valorização da liberdade individual. Seguindo o percurso proposto, Andrade retoma as contribuições do britânico Tomas Morus, autor de Utopia, do espanhol Sebastián Castellion e do holandês Dirck Coornhert. A John Locke são dedicadas cuidadosas páginas de análise de sua contribuição ao conceito de tolerância com destaque às suas “Cartas acerca da tolerância”, onde defende as liberdades individuais e a separação entre Igreja e Estado. Voltaire divide com Locke a centralidade deste capítulo. A obra “Tratado sobre a Tolerância” é outra importante referência que Andrade apresenta e discute com o leitor. Com o objetivo de defender que a concepção de tolerância pode ser considerada uma ponte entre os conceitos de igualdade e liberdade, o autor retoma os ideários de Graco Babeuf e John Stuart Mill. O primeiro, como teórico da igualdade moderna. O segundo através de sua radical defesa do liberalismo político.

Com o título “Tolerância: notas contemporâneas”, o terceiro capítulo traz em sua primeira parte a ressignificação que autores contemporâneos dão ao conceito. De Karl Popper, Andrade relaciona a noção de falseabilidade do conhecimento científico com o conceito de tolerância e discute as correlações entre epistemologia e ética. Embora considerando que John Rawls, aborda o conceito apenas tangencialmente, a noção contemporânea de uma tolerância liberal presente em “Teoria da Justiça” não poderia deixar de ser explicitada e discutida. De Norberto Bobbio é apresentada e discutida a ideia de “tolerância como serenidade” e sua referência às duas grandes bases da intolerância, a saber, (1) a crença em verdades religiosas ou políticas absolutas e (2) o preconceito e conseqüente discriminação às diversidades. O quarto pensador contemporâneo, cujas ideias Andrade retoma nesta primeira parte do terceiro capítulo, é Michael Walzer, para quem “na história da humanidade há diferentes regimes de tolerância e aparentemente com um princípio comum: a convivência pacífica” (p. 101). A segunda parte do capítulo traz uma reconsideração do conceito de tolerância a partir de duas instâncias coletivas privilegiadas pelo autor. São revisitadas discussões encaminhadas pela Organização das Nações Unidas que remetem ao tema da tolerância e apresentada, no intuito de precisar sua temática no campo filosófico, uma síntese de dois congressos iberoamericanos de filosofia que ocorreram conjuntamente em 2004, na cidade de Lima no Peru.

O quarto capítulo intitulado “Tolerância: mínimo ético entrecruzado” é dedicado especificamente ao aprofundamento das questões que norteiam a proposta da ética civil postulada pela pensadora espanhola Adela Cortina. Visando embasar uma agenda mínima de valores – tal como fez ao conceituar a tolerância – Andrade recorre à proposta da ética do discurso, racionalizável e intersubjetivo, proposta por Cortina no decorrer da sua extensa produção. Após apresentar uma digressão acerca das similitudes e distinções comumente utilizadas entre os termos ética e moral, Andrade compartilha com a pensadora valenciana que “o que-fazer ético consiste, pois em acolher o mundo moral em sua especificidade e em dar reflexivamente razão dele, com objetivo de que os seres humanos cresçam em saber acerca de si mesmos, e portanto, em liberdade” (Cortina 1986, apud Andrade 2009, p. 147). No entanto, muitas são as discordâncias acerca dos meios pelos quais tal fim será alcançado, principalmente entre correntes deontológicas – focadas na centralidade do dever – e teleológicas – baseada na busca pela felicidade. Visando superar a racionalidade

monológica das éticas deontológicas, assim como a impossibilidade de discussão propiciada por éticas hedonistas ou um possível politeísmo moral, Cortina propõe a prática do diálogo racionalizável – não racional – intersubjetivo. Neste caso, as decisões legitimadoras das regras socialmente estipuladas residem no consenso racionalizável, e não apenas na vontade do indivíduo em cumprir um dever que se pretende universal. O desafio vai residir, portanto, na articulação das exigências irrenunciáveis de justiça com os diferentes projetos de vida feliz, batizada pela pensadora como ética de mínimos e máximos. A ética civil visa, nesse sentido, promover tanto na ação quanto da teoria moral, as aproximações entre o que é justo e o que é o bom. Localizando-se no campo destas exigências mínimas Andrade conclui o capítulo defendendo a tolerância como uma agenda necessária e moralmente exigível para a convivência social e justa dos diversos grupos sociais. Valor-atitude este que necessariamente deve constituir, como mínimos decentes, os currículos escolares e os programas de formação de professores.

No quinto e último capítulo, o professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro finda sua obra trazendo como considerações finais duas novas provocações: (1) a relação entre a tolerância, igualdade, liberdade e diferença, e (2) as possibilidades de uma fundamentação ético-filosófica de uma educação para a tolerância. Apresenta, igualmente, uma relevante reflexão sobre a distinção entre os termos igualdade, liberdade e diferença, a partir do pensamento de eminentes representantes da Modernidade, e conclui que se desejamos uma sociedade minimamente justa, urge a necessidade da clarificação dos mínimos éticos a serem ensinados, capazes de atender, com equidade e isonomia, às diferentes demandas de sociedades plurais. É a partir deste necessário diálogo entre éticas mínimas e máximas, que se fundamenta a relevância dos cinco valores fundamentais: a igualdade, liberdade, solidariedade, tolerância e diálogo.

Fica claro, por fim, que a obra cumpre com seu objetivo não apenas ao resgatar o uso do conceito de tolerância no decorrer da história, mas principalmente de trazer sugestões consistentes para a reflexão e prática da tolerância como agenda mínima constituinte dos currículos e da prática pedagógica. A obra torna-se, portanto, leitura obrigatória aos professores e demais educadores que se desejam fomentadores de uma sociedade verdadeiramente justa, respeitosa das diferenças e menos intolerante.